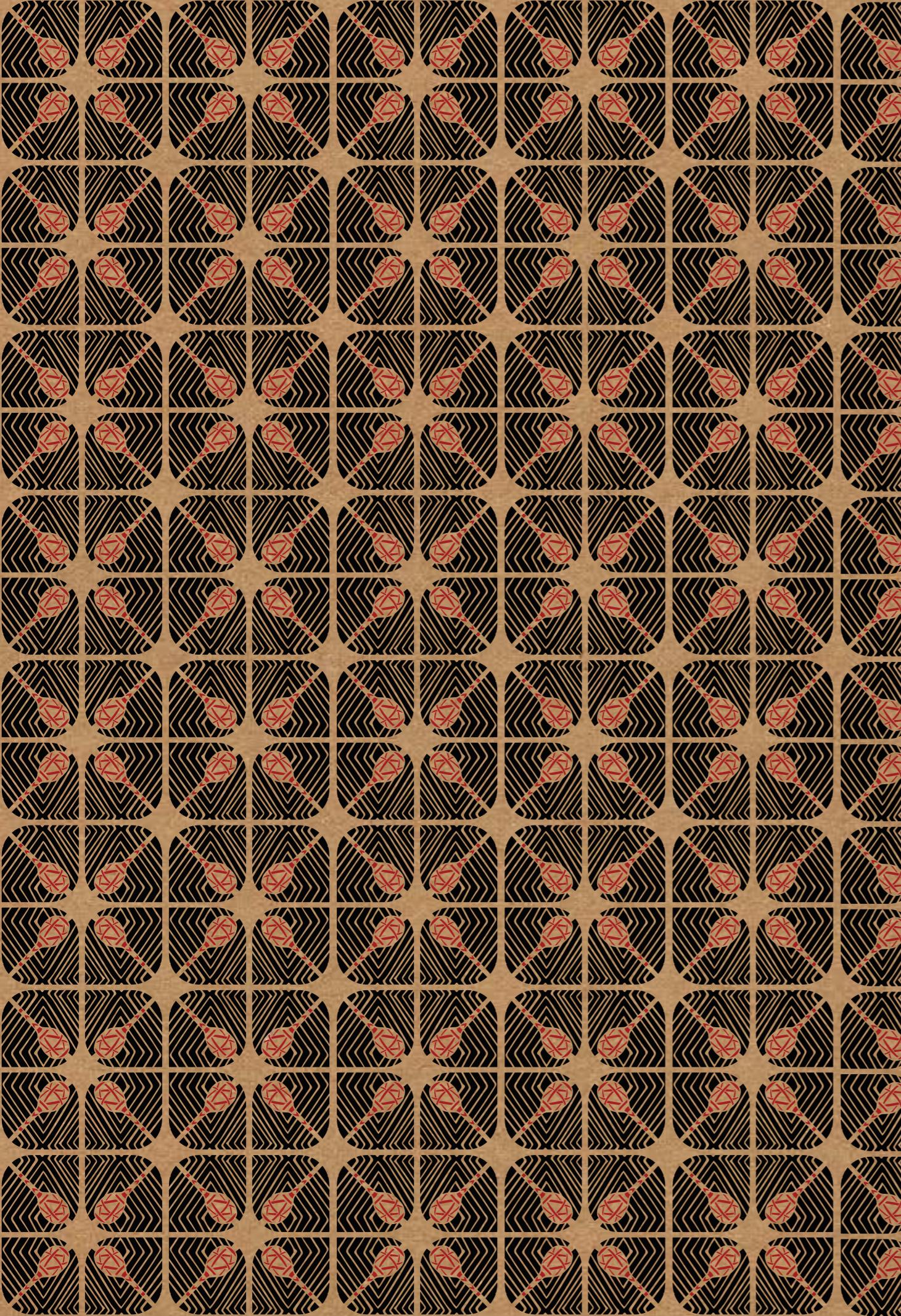




1^a CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA

CADERNO DE
ORIENTAÇÕES
METODOLÓGICAS
ETAPAS LOCAIS

maio de 2015



SUMÁRIO

Apresentação	01
Da 1^a Conferência	02
1. Objetivos Gerais	02
2. Eixos Temáticos	02
3. Organograma da 1 ^a Conferência Nacional de Política Indigenista	03
4. Instâncias de Organização das Etapas da Conferência	04
5. Cronograma	05
6. Etapas	05
7. Materiais Disponíveis	06
Etapas Locais	08
Antes da etapa	08
1. Dos Participantes	09
2. Preparando a Etapa Local	10
3. Quem organiza a Etapa?	10
4. Onde buscar subsídios para o planejamento e realização das Etapas?	10
5. Como mobilizar e qualificar a participação na Etapa?	10
6. Como divulgar os eventos de mobilização e a Etapa?	11
7. Moderação/Facilitação das atividades	11
8. Registro das reuniões	12
Durante a etapa	13
1. O que deve ser observado na definição do espaço para a realização da Etapa?	13
2. Qual o tempo ideal para a realização da Etapa?	13
3. Como deve ser o credenciamento?	13
4. Material a ser utilizado na Etapa	14
5. A história da Política Indigenista sob o olhar dos Povos Indígenas	14
6. Proposta de Programação	14
7. Sugestões Metodológicas para organizar o debate	15
Pós-etapa	24
1. Sistematização da Etapa Local	25

APRESENTAÇÃO

“A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas no Brasil sob o paradigma da Constituição de 1988”

(Tema central da 1^a Conferência Nacional de Política Indigenista)

Este documento reúne um pequeno conjunto de sugestões e orientações para conduzir as etapas locais da Conferência Nacional de Política Indigenista. Não se trata de um guia, nem de um manual, que se deve seguir de modo rigoroso. Ao contrário, as sugestões e orientações aqui contidas são, antes, um roteiro que pode e deve ser revisto, adaptado e até mesmo recriado de acordo com os costumes e tradições locais e regionais de fazer reuniões, promover debates e realizar discussões - seja em termos das responsabilidades e dos papéis na condução desses processos, do tempo de duração dedicado a tais encontros, do número de pessoas a serem envolvidas e outros elementos importantes.

Esta proposta visa a oferecer alguns poucos marcos para organizar a conversa “na base”, principalmente para os que ainda não pensaram e/ ou definiram como, com quem e quando fazer isso.

O documento está estruturado de forma a atender algumas questões centrais no trabalho de organização das Etapas Locais:

- **Visualização das ações necessárias para a organização e planejamento da Etapa Local, explicitando quais as responsabilidades de cada parceiro nesta construção coletiva, à luz das diretrizes estabelecidas, sobretudo, pelo Regimento Interno;**
- **Opções Metodológicas para as Etapas Locais, oferecendo possibilidades de trabalho para cada eixo do Documento Base;**
- **Diretrizes para a Sistematização, trazendo orientações importantes para os relatórios que serão elaborados a partir de cada etapa da Conferência.**

Esperamos que as informações aqui organizadas colaborem com o trabalho das Comissões Organizadoras Regionais. O objetivo é podemos tornar as Etapas Locais espaços acessíveis de encontro, interação, articulação e formação, permitindo, de maneira democrática, debates de propostas, definição de representantes e o fortalecimento da participação social dos povos indígenas.

DA 1^a CONFERÊNCIA

A 1^a Conferência Nacional de Política Indigenista foi convocada pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, através do Decreto de 24 de julho de 2014, tendo seu regimento aprovado pelo Ministério da Justiça. Será presidida pelo Ministro de Estado da Justiça e, em sua ausência, pelo Presidente da Comissão Nacional de Política Indigenista.

A 1^a Conferência Nacional de Política Indigenista será coordenada pelo Ministério da Justiça e pela Fundação Nacional do Índio, e organizada em conjunto com os representantes dos povos e organizações indígenas e com os demais órgãos e entidades governamentais e não governamentais que compõem a Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI.

O Ministro de Estado da Justiça designou a Comissão Organizadora Nacional para a preparação da Conferência Nacional de Política Indigenista.

1. OBJETIVOS

- I - Avaliar a ação indigenista do Estado brasileiro;
- II - Reafirmar as garantias reconhecidas aos povos indígenas no País; e
- III - Propor diretrizes para a construção e a consolidação da política nacional indigenista.

2. EIXOS TEMÁTICOS

A definição e a promoção dos direitos dos povos indígenas se dão com base em uma série de princípios dispostos em marcos legais nacionais e internacionais ratificados pelo Brasil, que reconhecem a inter-relação de direitos territoriais, sociais, econômicos, civis e políticos dos povos indígenas, e que devem nortear a relação dos diversos órgãos e instituições públicas, nas três esferas de poder, nos Municípios, Estados e União.

Além da Constituição Federal de 1988 (que consolidou o reconhecimento da pluralidade política e étnica nacional, reafirmando o direito dos povos indígenas às terras por eles tradicionalmente ocupadas e imprescindíveis à sua reprodução física e cultural), diversas outras leis, normas internas e tratados, declarações e convenções internacionais de direitos humanos complementam o conjunto de regras e princípios legais naquilo

que se refere aos direitos indígenas, com destaque ao reconhecimento de sua autodeterminação e do papel central que esses desempenham na conservação ambiental de terras indígenas e no desenvolvimento sustentável do país.

Desse modo, considerando o Tema Central e os objetivos, a 1^a Conferência Nacional de Política Indigenista terá os seguintes Eixos Temáticos para orientar os debates, reflexões e proposições:

- I - territorialidade e o direito territorial dos povos indígenas;
- II - autodeterminação, participação social e o direito à consulta;
- III - desenvolvimento sustentável de terras e povos indígenas;
- IV - direitos individuais e coletivos dos povos indígenas;
- V - diversidade cultural e pluralidade étnica no Brasil;
- VI - direito à memória e à verdade.

3. ORGANOGRAMA DA 1^a CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA



4. INSTÂNCIAS DE ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS DA CONFERÊNCIA

- Comissão Organizadora Nacional
- Comissão Coordenadora-Executiva
 - Subcomissão de Metodologia e Sistematização
 - Subcomissão de Articulação e Mobilização
 - Subcomissão de Comunicação
 - Subcomissão de Infraestrutura e Logística
 - Subcomissão de Cultura
- Comissões Organizadoras Regionais
 - Subcomissões Locais

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES ORGANIZADORAS REGIONAIS NAS ETAPAS LOCAIS:

- a) elaborar o orçamento, dentro do limite estabelecido, e encaminhar para deliberação da Comissão Coordenadora-Executiva;
- b) propor estratégias de mobilização (eventos preparatórios à participação na conferência) e divulgação;
- c) definir o local para a realização da etapa local;
- d) preparar a programação da etapa local e regional;
- e) definir os palestrantes juntamente com a Comissão Organizadora Nacional;
- f) programar apresentações culturais;
- g) prever a acessibilidade das pessoas com deficiência;
- h) consolidar o Relatório Final de cada etapa local e regional e encaminhá-lo a Comissão Coordenadora-Executiva (conforme orientação);
- i) preparar 01 kit de legislação indigenista e mapas como subsídio a cada etapa;
- j) apoiar as subcomissões locais no planejamento e execução das etapas locais/assembleias.

5. CRONOGRAMA

- Oficina de aprimoramento da proposta de construção da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista:
10 e 11 de dezembro de 2014
- Seminário Nacional de Formação: 24 a 26 de março de 2015
- Etapas Locais: 1º de abril a 31 de julho de 2015
- Etapas Regionais: 1º de julho a 30 de setembro de 2015
- Etapa Nacional: 17 a 20 de novembro de 2015

6. ETAPAS

SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO

O Seminário Nacional de Formação será realizado em duas etapas. A primeira preparatória acontecerá em formato de oficina de aprimoramento da proposta de construção das etapas locais, regionais e nacional. A segunda etapa será o momento de formação das equipes de servidores do governo federal, lideranças indígenas e representantes de organizações indigenistas para apoiarem a realização de todas as etapas da Conferência como previsto no Decreto Presidencial que convoca a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

Onde: Brasília/DF

Quem participa: Comissão Organizadora da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, representantes das Coordenações Regionais e de Coordenações de Frentes de Proteção Etnoambiental da Funai, lideranças indígenas definidas pela organização indígena da Conferência, em diálogo com os povos, movimentos e organizações indígenas, organizações indigenistas, órgãos de governo e convidados.

Objetivo: qualificar lideranças indígenas, indigenistas e servidores públicos que serão os responsáveis pela condução das etapas locais, regionais e nacional da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

Objetivos específicos:

- nivelar informações sobre o processo de construção da Conferência Nacional de Política Indigenista.
- apresentar as Comissões Organizadoras das etapas regionais e das etapas locais.
- formar e sensibilizar as pessoas que serão responsáveis por conduzir as etapas locais da Conferência.
- ampliar o conhecimento e qualificar a participação, articulação e atuação dos indígenas e servidores para a realização das etapas prévias da Conferência Nacional de Política Indigenista.

As etapas locais serão espaços autônomos dos povos indígenas, realizadas localmente, seguindo as suas formas próprias de organização social, nos moldes das grandes assembleias dos povos indígenas.

Onde: em diferentes localidades do Brasil, definidas de acordo com critérios estabelecidos pelos povos indígenas, por meio de seus representantes.

Objetivo: nivelamento de informações, mobilização dos povos indígenas, diálogos sobre a política indigenista a partir da Constituição Federal de 1988 e a perspectiva da descolonização da relação com o Estado brasileiro.

Quem participa: membros indígenas do Comitê Regional da Funai , membro titular e suplente da CNPI, representantes da região, todos os povos indígenas da região (dentro do número de vagas definido por cada comissão organizadora regional), representantes indígenas de espaços de participação social (conselhos de saúde, educação, etc) e convidados dos povos indígenas envolvidos e suas organizações.

6.7 MATERIAIS DISPONÍVEIS

Os materiais que subsidiam o processo da 1^a Conferência Nacional de Política Indigenista são:

- **Documento Base:** é o documento de referência para as discussões da Conferência. Contribui para contextualizar o tema à luz do seu histórico e no contexto das políticas públicas.
- **Site:** espaço de referência da 1^a Conferência, contendo informações, materiais, contatos e notícias. Funcionará como disseminador de informações organizativas.



ETAPAS LOCAIS

Apresentamos, aqui, algumas sugestões de como as Comissões Organizadoras Regionais podem organizar a etapa local, divididas em “antes”, “durante” e “depois” da etapa.

ANTES DA ETAPA

A Comissão Organizadora Regional, caso julgue necessário, poderá criar Subcomissões Organizadoras Locais para apoiar a organização das etapas locais. Além disso, a Comissão Organizadora Regional poderá dividir-se em grupos de trabalho, nos moldes de subcomissões, bem como contar com apoio de técnicos e assessorias especializadas para a realização de todas as atividades dessas etapas. Desse modo, a divisão de responsabilidades é um passo importante para a organização da Conferência.

Julgamos importante definir, logo no início do processo, a(s) pessoa(s), ou melhor, os grupos de pessoas, envolvendo tanto indígenas, quanto servidore(a)s da Funai e demais órgãos parceiros, que ficarão a cargo da mobilização e da moderação/facilitação – inclusive se será o mesmo grupo, ou se serão grupos distintos (já que as competências e habilidade necessárias para as duas tarefas são muito similares) – que requererá o consequente registro das atividades preparatórias.

Dicas úteis

- Levantar algumas perguntas e situações que podem acontecer durante o encontro é uma boa forma de identificar soluções e responsáveis. Ex: Caso algum participante tenha problema de saúde, quem é o responsável por ajudá-lo? Apareceu um participante que não era esperado – como proceder? Alguns participantes não estão cumprindo os acordos e os horários estabelecidos – o que fazer? A programação está atrasada e exigirá redefinição dos horários – quem e como fazê-lo? Surgiram gastos não previstos – como dar conta deles?
- Procurar adequar as necessidades do evento às vocações e habilidades dos organizadores é uma boa dica. Ex: há membros da Comissão que sabem fazer articulação e, portanto, podem trabalhar na captação de recursos e no estabelecimento de parcerias. Há outros que sabem falar bem em público, e podem conduzir alguns momentos da programação, e assim por diante.
- Nem sempre todas as tarefas são prazerosas de serem realizadas e a Comissão deverá estabelecer os responsáveis por conduzi-las, lembrando que todas as frentes de trabalho são importantes para o sucesso da Conferência, que, é claro, depende do esforço e empenho de cada um.

Diversas comissões podem ser definidas, não havendo um número mínimo e máximo. O mais importante é que elas consigam dar conta das diversas frentes de trabalho que a Conferência vai exigir. Para definir as comissões, vale a pena a Comissão pensar em questões como:

- **Logística** – traslado de participantes e convidados, passagens, estacionamento para ônibus (atenção especial para garantia de acessibilidade);
- **Credenciamento e Secretaria** – credenciamento, materiais, kits, atendimento aos participantes, listas de participantes, etc;
- **Programação** – acompanhamento do andamento da programação, readequação de horários;
- **Alimentação** – acompanhamento das refeições, lanches, horários dos lanches;
- **Comunicação** – assessoria de comunicação, contato com imprensa, elaboração dos materiais;
- **Cultural** – atividades culturais e de integração;
- **Financeira** – balanço financeiro, pagamentos, prestação de contas, acerto com fornecedores;
- **Recepção** – acolhida aos participantes, orientações quanto às regras do local do evento.

Há muitas outras possibilidades de comissões. O importante é que cada uma delas tenha um responsável com papel de coordenação. Essa pessoa deverá ter todas as informações sobre a sua comissão, e será a pessoa de referência sobre aquela frente de trabalho durante a Etapa Local.

Atenção!

Essa pessoa não conseguirá fazer tudo sozinha e não poderá assumir uma postura de “ditadora”, pois, desta forma, terá dificuldade de implementar com sua equipe todas as responsabilidades e tarefas da Comissão. Lembre-se: trata-se de um trabalho coletivo!

1 DOS PARTICIPANTES

Participarão dessa etapa os representantes indígenas indicados pelos respectivos povos, e convidados conforme decisão dos povos indígenas.

Nessa etapa não teremos um número limitado de participantes. A Comissão Organizadora Regional deverá atentar para o montante de recursos financeiros disponíveis para a realização de cada Etapa Local.

Lembrando que nessa etapa, o governo federal arcará, conforme acordado com os membros da Comissão Organizadora Nacional, com os custos de deslocamento e alimentação dos participantes.

A Comissão Organizadora Nacional estabeleceu um número mínimo de indígenas de cada povo, que deverão participar das etapas locais nas diversas regiões.

2. PREPARANDO A ETAPA LOCAL

Como deve ser realizada a convocação da Etapa?

A Comissão Organizadora Nacional, em articulação com a Comissão Organizadora Regional, convocará cada Etapa Local. Para a publicação desse ato, a Comissão Organizadora Nacional precisará das seguintes informações: local, data da realização da etapa e número previsto de participantes.

3. QUEM ORGANIZA A ETAPA?

A Etapa será organizada pelos Povos e Organizações Indígenas, com apoio da Comissão Organizadora Regional, seguindo a orientação do Regimento Interno, definido pela Comissão Organizadora Nacional e aprovado pelo Ministério da Justiça.

4. ONDE BUSCAR SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DAS ETAPAS?

As orientações gerais sobre todo o processo de organização das etapas da 1^a Conferência Nacional de Política Indigenista estão disponíveis na página eletrônica da Funai <http://www.funai.gov.br>. Assim sendo, sugere-se consulta periódica, para atualização e conhecimento de novas orientações.

5. COMO MOBILIZAR E QUALIFICAR A PARTICIPAÇÃO NA ETAPA?

Para que todos possam se articular e se preparar igualmente para as discussões, o processo de mobilização deve proporcionar a formação dos participantes. Aquela pode ser realizada sob a orientação da Comissão Organizadora Regional por meio de reuniões, encontros, palestras, debates públicos, pré-etapas temáticas, e outros eventos preparatórios.

Cada Comissão organizará, conforme suas características, eventos preparatórios para debater a temática da Conferência e seu significado, tendo em vista a mobilização de todos os povos indígenas a serem representados em todas as etapas desta Conferência. Além disso, deverá apoiar a qualificação da participação dos representantes das instituições públicas que atuam junto aos povos indígenas naquela região.

A metodologia a ser utilizada para realizar tal mobilização deverá ser construída pela Comissão Organizadora Regional, levando-se em consideração a necessidade de abranger todos os povos indígenas, entidades governamentais e não governamentais.

Os resultados dos eventos de mobilização devem ser registrados e encaminhados à Comissão Coordenadora-Executiva. Essa deve sistematizar as informações e apresentá-las na Etapa Nacional.

Merecem atenção especial aspectos de *articulação e organização*, tais como:

- articulação prévia com lideranças, comunidades e servidores/gestores públicos na perspectiva de identificar os atores relevantes (anciãos, sabedores, agentes variados, técnicos, autoridades) e estimar o número de participantes;
- definição do local/espaço, os equipamentos e os materiais disponíveis (texto, vídeos, desenhos, obras de arte) mais adequados para as reuniões;
- definição do tempo necessário para a atividade na perspectiva de esboçar um cronograma;
- organização de toda a logística (combustível, transporte, suporte, alimentação) necessária para conduzir a atividade; e
- construção paulatina do acordo sobre os formatos a serem privilegiados (textos, áudios, vídeos, desenhos, expressões artísticas, outros) para o registro e disseminação dos resultados da reunião.

6. COMO DIVULGAR OS EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO E A ETAPA?

Como estratégia para garantir a participação qualificada dos povos indígenas, órgãos públicos e organizações indigenistas, é importante **divulgar** os eventos de mobilização e a Etapa nos meios de comunicação disponíveis, tais como rádio, radiofonia, jornais locais, carro de som, faixas, cartazes, internet e avisos nos locais de uso público.

É fundamental encaminhar convite a todos os participantes.

7. MODERAÇÃO/FACILITAÇÃO DAS ATIVIDADES

Quanto à moderação/facilitação das reuniões, quem ficar responsável por isso deve estudar previamente o documento base e este roteiro, com o objetivo de construir (ou modelar) o seu próprio plano para conduzir as reuniões. Como será efetuado esse estudo é matéria para o próprio grupo definir, inclusive avaliando a necessidade de traduzir para as línguas indígenas partes do – ou todo o – documento. Nisso, é muito importante estar atento às características dos povos e da área/região em que as reuniões ocorrerão, com suas culturas e histórias peculiares, procurando identificar pessoas, narrativas, circunstâncias e situações concretas, de modo a complementar as sugestões e orientações aqui contidas. É importante que tais elementos sejam reconhecidos pelos que vierem a participar das reuniões e que tenham a capacidade de sensibilizar as pessoas para a importância dos vários aspectos de todo o processo da Conferência.

8. REGISTRO DAS REUNIÕES

Um aspecto importante da condução das reuniões preparatórias locais será o registro das reuniões e a sistematização delas na forma de produtos e mídias que possam ser empregados nos momentos posteriores de preparação para a Conferência. Assim, tais registros não devem se limitar a relatorias e produção de relatórios e ajuda-memórias, mas também prever a produção de *spots* de áudio (como se fossem programas de rádio, tais como os feitos nos pontos de cultura indígena, ou em rádios comunitárias) e vídeos amadores, respeitando, assim, à medida do possível, as formas peculiares de reprodução de valores e conhecimento entre esses povos, que têm na oralidade sua via preferencial. Isso requer a composição de uma equipe específica.



Kayapo - Fórum Social Mundial © Mário Vilela / FUNAI

DURANTE A ETAPA

1. O QUE DEVE SER OBSERVADO NA DEFINIÇÃO DO ESPAÇO PARA A REALIZAÇÃO DA ETAPA?

Observar as condições e normas de acessibilidade, local que dê possibilidade de uma boa acolhida, considerando as adversidades do tempo, espaço para realização de plenária, trabalho de grupos, exposição de artesanato/cultura e outros necessários ao bom andamento dos trabalhos. É **importante considerar o número previsto de participantes**.

2. QUAL O TEMPO IDEAL PARA A REALIZAÇÃO DA ETAPA?

Sugere-se que os trabalhos da Etapa sejam realizados preferencialmente em três dias, sendo que a abertura poderá ser realizada na noite anterior ao início dos trabalhos.

Importante definir os dias da semana para a sua realização, considerando a disponibilidade dos participantes, assegurando, assim, a participação deles nesse evento.

3. COMO DEVE SER O CREDENCIAMENTO?

O credenciamento deve ser realizado no espaço de realização da Etapa, sendo os participantes devidamente identificados. A ficha de credenciamento deve conter os dados de identificação do participante e sua representação.

O crachá é um dos instrumentos que poderão ser utilizados pelos participantes. Esse material será confecionado pela Comissão Organizadora Regional. Destacamos que a Comissão Organizadora Regional poderá pensar outro formato de credenciamento dos participantes dessa etapa.

4. MATERIAL A SER UTILIZADO NA ETAPA:

pasta/bolsa;
programação da Etapa;
folder do evento;
regimento Interno;
ficha para avaliação do evento;
bloco de anotações e caneta;
documento Base (versão completa e resumo para a etapa); e,
caderno de Orientações Metodológicas.

5. A HISTÓRIA DA POLÍTICA INDIGENISTA SOB O OLHAR DOS POVOS INDÍGENAS

É importante que no primeiro dia os participantes tenham um momento de reflexão histórica sobre a atuação e presença do Estado brasileiro em sua região.

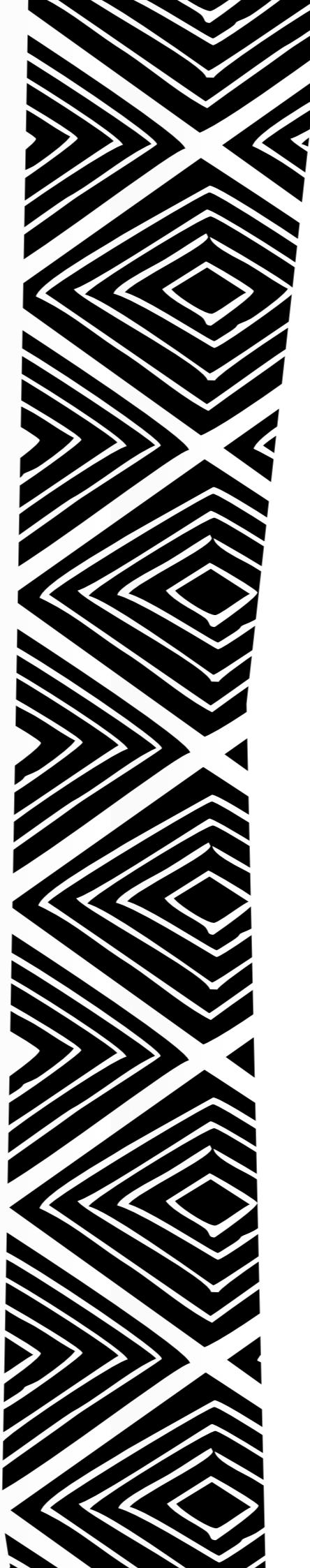
O objetivo deste exercício é apoiar os participantes no debate do Tema Central da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista “A relação do estado Brasileiro com os povos indígenas no Brasil sob o paradigma da Constituição de 1988”, na perspectiva da descolonização.

6. PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO

Conforme a organização de cada região, as atividades poderão ser organizadas da seguinte forma:

1º DIA	<ul style="list-style-type: none">- Recepção e credenciamento- Apresentação da programação- Abertura da Etapa com a explicação do tema e objetivos da 1ª Conferência- Contextualização da história da política indigenista- Apresentação e discussão do documento base
2º DIA	<ul style="list-style-type: none">- Trabalho em grupo/debates
3º DIA	<ul style="list-style-type: none">- Escolha de representantes para a etapa regional- Outras deliberações

Obs. Se a etapa ocorrer em dois dias ou mais, a equipe de organização deverá atentar para a reorganização das atividades para o alcance do objetivo daquele evento. A Comissão Organizadora Regional, em colaboração com outros parceiros locais, deverá apoiar o registro das atividades dessa etapa. Os povos indígenas poderão organizar os registros das atividades dessa etapa no formato que melhor lhes convier (ata, relatório, vídeo, áudio, cartaz, etc.)



7. SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA ORGANIZAR O DEBATE

Organizando a Conversa: definindo todo o roteiro e os elementos de conteúdo

Considerando o conteúdo mais extenso e detalhado do Documento Base da Conferência e a avaliação sobre a necessidade de traduzi-lo integralmente, ou partes dele, recomendamos que as reuniões se organizem em cinco grandes momentos, como se sugere a seguir. Antes disso devem ser feitos acordos sobre a pauta como um todo, e da validação dos formatos a serem privilegiados para o registro e a divulgação dos resultados da atividade.

- **A nossa história** e a história da nossa relação com os não indígenas (o Estado e a sociedade brasileiros), a partir de histórias de vida, de depoimentos pessoais e de estudos sobre esse tema (preferencialmente, feitos por acadêmicos e pesquisadores indígenas da região), com ênfase nas experiências de dominação colonial e na violação dos direitos dos povos indígenas.

- **O espírito da constituinte**: a história da luta pelos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, com o fim jurídico da tutela e dos objetivos de integração e assimilação, e o horizonte de construção de uma sociedade justa e pluriétnica, e de um Estado aberto à participação dos povos indígenas – preferencialmente a partir das mesmas fontes referidas acima.

- **O que é uma conferência** e o que é essa conferência em particular? A Conferência como um fórum/mecanismo de formulação de política pública (no caso, a política indigenista) e a participação dos povos indígenas nesse processo.

- Um momento para cada um dos **seis eixos temáticos que nortearão os debates da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista**: (1) territorialidade e o direito territorial dos povos indígenas; (2) autodeterminação, participação social e o direito à consulta; (3) desenvolvimento sustentável de terras e povos indígenas; (4) direitos individuais e coletivos dos povos indígenas; (5) diversidade cultural e pluralidade étnica no Brasil; e (6) direito à memória e à verdade.

- **Conclusões, encaminhamentos e propostas** a serem organizados, sistematizados, consolidados e levados às etapas posteriores de todo processo da Conferência – não necessariamente na forma de deliberações, mas de produtos e resultados em diferentes formatos (áudio e vídeo, documentos, manifestações culturais e artísticas), que reflitam e expressem as características e condições peculiares em que vivem os povos das respectivas regiões.

As orientações e sugestões que propomos a seguir têm todas uma estrutura mais ou menos comuns, de modo a facilitar tanto a sua aplicação pura, simples, imediata e irrefletida, quanto a sua (re)modelagem para cada contexto particular. Deve-se prever, também, antecipadamente, as pessoas que terão papel central nos debates e discussões de cada momento, bem como os recursos formativos a serem empregados e os materiais e equipamentos necessários.

1

A NOSSA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DA NOSSA RELAÇÃO COM OS NÃO-INDÍGENAS

O objetivo desse momento seria fazer emergir, dos pontos de vista dos povos em questão, seus modos específicos de construir suas histórias, o que inclui suas narrativas de origem e de origem dos brancos, e como percebem/entendem as histórias das suas relações com o Estado e a sociedade, com destaque para as leis e as formas e práticas de administração de povos e terras indígenas, e para as experiências de dominação/subordinação desses povos e violações de direitos dos povos indígenas. Trata-se de construir coletivamente um panorama histórico desde a colonização até os esforços de assimilação, expropriação territorial e violação de direitos.

Isso pode ser feito usando como recursos as histórias de vida de anciões e sabedores indígenas, depoimentos pessoais de indígenas e não indígenas da região em foco e de estudos sobre esse tema, dando preferência para trabalhos feitos por acadêmicos e pesquisadores indígenas da região – o que demandaria a identificação dessas contribuições durante o momento inicial de mobilização e articulação para as reuniões.

Além disso, pode-se empregar uma série de vídeos de acesso livre e gratuito para estimular, seja de alcance geral, seja com enfoque específico sobre os povos indígenas e situações históricas, características do local e/ou região – o que também demandaria a identificação desses materiais no momento inicial de estudo do Documento Base.

A proposta é que esse momento seja conduzido, na forma de uma roda de conversa, ou similar, assegurando – na medida do possível – as formas próprias de expressão e dramatização dos povos indígenas. O uso de desenhos estimulados é outra ferramenta de diálogo que pode ser empregada nesse momento. Tais desenhos comporiam o repertório de produtos, ao lado dos vídeos, áudios e registros escritos.

2

O ESPÍRITO DA CONSTITUINTE: A HISTÓRIA DA LUTA PELOS DIREITOS INDÍGENAS

Considerando a afinidade deste momento com o anterior e com os dois seguintes, o objetivo deste seria fazer renascer entre os participantes o espírito que marcou tanto a formação do moderno movimento indígena e da sua rede de apoio na sociedade civil, com seu foco na luta pela terra e território, quanto à mobilização para a Assembleia Nacional Constituinte, cujo resultado significou o fim jurídico da tutela e dos objetivos de integração e assimilação dos índios à sociedade nacional.

Espera-se, nesse momento, deixar o mais claro possível, a efetiva mudança de paradigma que a Constituição Federal de 1988 significou e o que é necessário para que o seu propósito se complete: a construção de uma sociedade justa e pluriétnica, e de um Estado aberto à participação dos povos indígenas, que leve à completa descolonização das leis e formas de administração dos assuntos indígenas, e à reparação das violações de direitos humanos sofridas por esses povos.

De novo, com foco em povos e regiões específicos, a ideia neste momento é também recorrer a histórias de vida e depoimentos pessoais das lideranças indígenas e militantes de organizações de apoio que, de algum modo,

incidiram no processo Constituinte, e de pessoas que estudaram esse processo. Fotos, vídeos, imagens e matérias de jornais de época serão especialmente úteis.

Pode-se organizar esse momento da seguinte maneira:

- a) fazer uma roda de conversa com os sujeitos desses processos após a exibição dos vídeos e a manipulação dos materiais de época;
- b) dividir, em seguida, os participantes da reunião em grupos para trabalhar um e/ou outro princípios e elementos inovadores da Constituição Federal (o respeito às culturas, o preceito da terra tradicionalmente ocupada, o reconhecimento da capacidade processual civil dos índios, suas comunidades e organizações, entre outros) comparando-os às leis anteriores (o que pressupõe alguma preparação prévia desse material);
- c) compartilhar o resultado das discussões de grupo em plenária, usando metodologias de visualização (painéis com tarjetas); e
- d) organizar, sistematizar e validar o resultado final da discussão, agrupando as tarjetas em blocos temáticos.

3

O QUE É O PROCESSO DA CONFERÊNCIA NACIONAL?

Os dois momentos anteriores servirão, entre outros objetivos, para alimentar a discussão sobre o que são as conferências em geral e esta Conferência em particular; ou seja, sobre as conferências como fóruns/mecanismos democráticos de diálogo e atuação conjunta entre a administração pública e a sociedade civil, visando à formulação de políticas públicas, e sobre a presença, a participação e a atuação política e interessada dos povos indígenas no processo da Conferência Nacional de Política Indigenista – e sobre como isso difere (ou não) dos modos pelos quais, no passado remoto e recente, se pensou e se implementou/implementaram a(s) política(s) indigenista(s). O objetivo desse momento é refletir sobre esses pontos.

Um modo de fazer isso nas reuniões é pedir para os participantes indígenas lembrarem os vários tipos de fóruns e/ou mecanismos de participação social dos quais eles já fazem parte, dos níveis local ao nacional – sejam conselhos e comissões de políticas públicas, consultas públicas, comitês de bacias hidrográficas, audiências públicas, mesas de diálogo/negociação, etc. Os resultados podem ser sistematizados em painéis usando metodologia de visualização e agrupamento por conjuntos temáticos.

Feito esse exercício introdutório, caberia uma apresentação mais organizada e sistemática – preferencialmente por um indígena que esteja participando das articulações em níveis nacional e regional, e/ou que tenha tomado parte no seminário de formação – sobre o mecanismo das conferências e sobre a origem e os fundamentos da proposta de realizar uma Conferência Nacional de Política Indigenista, bem como dos seus objetivos.

A definição e a promoção dos direitos dos povos indígenas se dão com base em uma série de princípios dispostos em leis e normas nacionais e internacionais ratificadas pelo Brasil, que reconhecem a inter-relação de direitos territoriais, sociais, econômicos, civis e políticos dos povos indígenas, e que devem nortear a relação dos diversos órgãos e instituições públicas, nas três esferas de poder e nos municípios, estados e União.

Além da Constituição Federal de 1988 – que consolidou o reconhecimento da pluralidade étnica e política do país, reafirmando o direito dos povos indígenas às terras por eles tradicionalmente ocupadas e imprescindíveis à sua reprodução física e cultural –, diversas outras leis, normas internas e tratados, declarações e convenções internacionais de direitos humanos integram o conjunto de princípios legais no que se refere aos direitos indígenas.

A seguir, apresentamos algumas questões que orientarão os debates sobre os seis eixos temáticos da 1^a Conferência Nacional de Política Indigenista. Tratam-se de eixos que reúnem e contextualizam princípios, que se relacionam necessariamente entre si, abrangendo: a proteção territorial (que garante o fundamento dos mundos indígenas); a participação social e o direito à consulta (que garantem a autodeterminação, mantendo aberta a possibilidade de fazer escolhas); as contribuições para o desenvolvimento sustentável (que pavimentam o caminho para o futuro); os direitos individuais e coletivos (que articulam as abordagens universal e particular na garantia dos direitos humanos); a afirmação da diversidade cultural e da pluralidade étnica do Brasil (como horizonte civilizatório para o país); e a memória e a verdade (que definem toda a política indigenista como um esforço integrado de reparação).

TERRITORIALIDADE E DIREITOS TERRITORIAIS

Este momento seria dedicado a, pelo menos, seis atividades:

- levantar as noções locais sobre território e espaço vital;
- recontar a luta dos povos indígenas da região pela reconquista da terra e do seu esforço coletivo para ocupar, usar e controlar seus territórios, identificando marcos e momentos importantes;
- fazer balanço local/regional da situação de reconhecimento oficial (ou não) e regularização fundiária das terras indígenas, identificando os avanços, as conquistas e as dificuldades;
- realizar um balanço e difundir informações sobre as principais proposições legislativas e decisões judiciais que colocam em disputa a questão do direito originário;
- identificar as possíveis estratégias e soluções para diminuir os conflitos fundiários e avançar nas demarcações e proteção das terras indígenas; e,
- identificar os principais desafios e dilemas na/para a implementação da política de demarcação e proteção territorial.

Para cada elemento mencionado, diferentes recursos e sujeitos políticos podem ser acionados como colaboradores: para o primeiro, os anciões sabedores, pajés e xamãs são indispensáveis; para o segundo, as lideranças que estiveram à frente dos respectivos processos de luta; e para o terceiro, quarto, quinto e sexto, lideranças atuais e servidores da Funai sede ou das CRs, que possam, conjuntamente, fazer esse balanço e identificar avanços e entraves.

Tudo isso pode ser feito na forma de exposições dialogadas com a plenária, com um responsável por registrar em tarjetas (ou cartazes) as ideias chaves, submetendo-as, em seguida, à validação pela plenária da reunião, organizando painéis para cada um dos pontos.

AUTODETERMINAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIREITO À CONSULTA

O objetivo desse momento é aprofundar a reflexão sobre o exercício da autonomia e da autodeterminação dos povos indígenas, e sobre a obrigação do Estado de consultar os povos indígenas a propósito das medidas que os afetam.

Pode-se fazer isso por meio de grupos de trabalho por povo e/ou sub-região (conjunto de comunidades, TI, ou outra) trabalhando em cima de perguntas orientadoras, tais como:

- onde, como, quando e em que situações vocês identificam/percebem que estão exercendo livremente sua autonomia e/ou seu direito de ser consultado?
- há/houve medidas legislativas ou administrativas e grandes empreendimentos que os afetaram/afetaram diretamente sobre os quais vocês foram, não foram e/ou gostariam de ter sido consultados?
- quais suas avaliações sobre essas experiências de participação: em que medida elas foram efetivas e como fazer para aprimorá-las no espírito da Constituição e da Convenção 169 da OIT?

Em seguida, os grupos partilham seus resultados, que devem ser sistematizados em painéis para cada um desses pontos.

Sugere-se a exibição de alguns vídeos para estimular a discussão sobre esses temas e as questões agrupadas nele. Do mesmo modo, é importante, nesse momento, dar a conhecer as experiências inovadoras dos próprios povos indígenas e comunidades tradicionais sobre a elaboração dos seus próprios protocolos de consulta livre, prévia e informada.



3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRAS E POVOS INDÍGENAS

O foco deste momento é aprofundar o entendimento sobre os modos de vida extremamente complexos e elaborados por meio dos quais os povos indígenas se relacionam e manejam seus ambientes, bem como os variados regimes de conhecimentos indígenas sobre “a natureza” correspondentes aos modos particulares de cada povo conceber e se relacionar com seu ambiente. Além disso, deve-se dedicar um tempo para pensar nas estratégias e ações que podem ampliar as chances dos povos indígenas gerirem as potencialidades de seus territórios em um contexto de pressões e ameaças cada vez maiores – entre as quais, as diferentes formas de articular projetos indígenas com processos não indígenas de uso sustentado de recursos naturais.

Para orientar o debate e a reflexão deste eixo, propomos:

- quais os atuais problemas ambientais enfrentados pelas comunidades indígenas?
- quais as noções e práticas indígenas de manejo ambiental e bem-viver que orientam o dia-a-dia das comunidades?
- quais os processos que os povos indígenas vêm desenvolvendo em diálogo com formas não-indígenas de manejo ambiental?
- as práticas realizadas atualmente são sustentáveis?
- como essas formas indígenas de manejo ambiental podem contribuir para a discussão mais ampla sobre desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas?
- quais os principais desafios e dilemas que vocês identificam na/para a implementação de política de desenvolvimento sustentável e gestão ambiental das terras indígenas?

Esse momento pode ser conduzido usando como recurso o documento base, vídeos e outros materiais produzidos localmente e em outras regiões, sobre processos de manejo de territórios, enfocando situações variadas.

4. DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DOS POVOS INDÍGENAS

Nesse momento, o objetivo é refletir sobre o equilíbrio entre as abordagens universal e particular na garantia dos direitos humanos coletivos e individuais dos povos indígenas, que devem tanto ter acesso aos direitos universalmente promovidos pelo Estado (mediante as políticas públicas mais abrangentes), quanto se beneficiar de esforços específicos de coordenação interinstitucional e recursos adicionais para garantir as condições necessárias à promoção dos seus direitos específicos.

Nesse momento também se pode recorrer à dinâmica de grupos de trabalho por povo e/ou sub-região (conjunto de comunidades, TI, ou outra) trabalhando com perguntas orientadoras, tais como:

- como se dá o acesso às políticas públicas e de Estado em suas comunidades, terras indígenas e regiões (com ênfase especial na previdência social, nas políticas de educação escolar e de saúde indígenas, políticas culturais, e nas políticas sociais de transferência de renda e de incentivo a produção agroextrativista)?
- quais os efeitos dessas políticas na vida do povo (mudanças e/ou fortalecimento da cultura, da organização social e do sistema produtivo, monetarização, assalariamento, profissionalização)?
- quais os principais desafios e dilemas que vocês identificam na/para a implementação das políticas públicas em suas comunidades, terras indígenas e regiões?

Em seguida, os grupos partilham seus resultados, que devem ser sistematizados por meio de visualização em painéis para cada um desses pontos.

Outra possibilidade de se tratar esse eixo é recorrer à dramatização. Nesse sentido, pode-se pedir que sejam formados grupos entre os participantes das etapas preparatórias e se organizem para encenar uma ou mais situações que reconheçam como típicas/características da dinâmica local de uma ou outra dessas políticas – ou seja, o modo como elas se materializam, se concretizam localmente (com seus atores, formas de comunicação e interação, níveis de conhecimento sobre as mesmas, etc.). Após a dramatização faz-se um debate e o mesmo exercício de sistematização e visualização dos principais pontos e ideias que surgiram na discussão.

5. DIVERSIDADE CULTURAL E PLURALIDADE ÉTNICA NO BRASIL

Este momento deve enfatizar o reconhecimento da variedade das identidades culturais dos povos indígenas e a consideração de que os mundos desses povos moldam diferentes realidades nas quais se estabelecem distintas formas de convivência e interação.

Para nortear as discussões propomos as seguintes orientações:

- quais os conhecimentos e práticas que caracterizam as especificidades das identidades culturais dos povos indígenas frente a outros povos?
- de que maneira os povos indígenas estão se organizando para valorizar a sua diversidade étnica e cultural e fortalecer a existência de diferentes modos da vida, seus valores, regimes de conhecimento, línguas, formas de comunicação próprias, crenças e comportamentos?
- quais os processos e formatos de registro para a valorização da diversidade cultural e pluralidade étnica em andamento nas comunidades indígenas ou que estas desejam realizar?
- quais os principais problemas e dificuldades enfrentados para a implementação desses processos?
- de que modo os povos indígenas contribuíram e podem continuar contribuindo para a construção de um projeto de nação pluriétnica e que considera a sua maior riqueza, a diversidade cultural?
- quais os principais desafios e dilemas que vocês identificam na/para a implementação de políticas de proteção e promoção da diversidade cultural e pluralidade étnica no Brasil?

Aqui se pode fazer uso de diferentes recursos, que permitam a interação dos participantes da etapa com o público externo. Referimo-nos à culinária, performances culturais (cantos, danças e trechos de rituais), expressões artísticas e etnoestéticas (artes, artesanato, pintura corporal, vestuário), amostras da produção agro-extrativista, exposição de fotografias e vídeos indígenas – enfim, tudo que possa oferecer um amplo painel da diversidade cultural na área abarcada pela etapa.

Isso tanto pode ocorrer em diferentes ocasiões ao longo da programação das etapas preparatórias (abrindo ou encerrando os diferentes momentos, com um canto e/ou uma dança, por exemplo); ou na forma de uma feira cultural, ou feira de talentos, em que se pode abrir a etapa para a interação com o público externo do local em que se realiza a etapa. A ideia é propiciar o reconhecimento recíproco das identidades dos diferentes e a valorização das múltiplas culturas e suas formas de expressão ali reunidas.

6. DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

O objetivo deste momento é ampliar o entendimento das noções de direitos humanos e de reparação das graves violações dos direitos dos povos indígenas cometidas pelo Estado nos últimos 500 anos. Tais violações são, como aponta a Comissão Nacional da Verdade, sistêmicas, à medida que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas, quanto pelas suas omissões. Trata-se, assim, de retomar – como no primeiro momento/movimento – as experiências e memórias do passado, mas agora tendo em vista estabelecer ações de reparação:

- seria possível pensar numa política indigenista estruturada como uma forma de reparação e um mecanismo efetivo para a não repetição das violações cometidas no passado e ainda no presente?
- essas violações continuam acontecendo de que maneira e que consequências geram nas comunidades indígenas?

É importante registrar e sistematizar em painéis os testemunhos, que apresentem um panorama geral dessas violações na região. O exercício pode ser usado para mostrar como há acervos na memória dos indígenas e nas instituições de conservação histórica e cultural que já são ferramentas de reparação, e que podem ser objetos de uso pedagógico e educacional nas escolas e universidades sobre as histórias indígenas. Por fim, poder-se-ia estimular o grupo a pensar – a partir de uma leitura coletiva e comentada do Art. 28 da Declaração da ONU – sobre o que se entende por reparação e como é possível concretizá-la.



Ary Guassu - Dourados © Mário Vilela / FUNAI

5 CONCLUSÕES, ENCAMINHAMENTOS E PROPOSTAS

Ao final da etapa local, sugere-se fazer em plenária uma revisão e uma triagem dos painéis construídos ao longo da semana em busca de formulações de tipo propositivo e pontuar, de memória, os depoimentos e relatos dignos de destaque para compor o material resultante da reunião a ser levado à etapa posterior do processo da Conferência. Não se tratam necessariamente de deliberações, mas de produtos e resultados em diferentes formatos (pequenas gravações de até 30 segundos de áudio e vídeo, documentos, manifestações culturais e artísticas) que refletem e expressem eventuais proposições e demandas indicadas pelos povos das respectivas regiões.

Providências Finais: organização e sistematização dos produtos das reuniões

Ao final das reuniões de organização das etapas sugere-se que a equipe (ou as equipes) responsável(is) pela moderação/facilitação da mesma e pelo registro da atividade promova(m) uma ou mais oficinas (reuniões de trabalho) específicas para trabalhar na organização e sistematização dos produtos para remetê-los de modo elaborado às próximas etapas preparatórias da Conferência. Como já sugerido, convém que o acordo sobre os formatos a serem privilegiados para o registro e a disseminação dos resultados da reunião (textos, áudios, vídeos, desenhos, expressões artísticas e outros) seja pactuado pouco a pouco durante o processo de mobilização e validado ao início da etapa, com o apoio da moderação/facilitação. Assim, as oficinas trabalharão a partir das diretrizes estabelecidas pelo coletivo mais amplo que participou da reunião preparatória.

Em função do que propusemos acima, é fundamental que os grupos responsáveis pelas respectivas tarefas – no caso de não ser um só grupo responsável por todas – trabalhem de modo próximo e articulado, pois um alimentará o outro com os resultados de suas ações.

PÓS-ETAPA

Após a realização da etapa, a Subcomissão Organizadora Local, quando houver, juntamente com a Comissão Organizadora Regional terá as seguintes atribuições, dentro do prazo estabelecido perante a Comissão Coordenadora-Executiva:

- cumprir as responsabilidades estipuladas pelo Regimento da Conferência Nacional para o envio de documentos;
- enviar os registros feitos e a lista de participantes;
- enviar a indicação dos representantes para a etapa regional;
- divulgar os resultados para todos os participantes da etapa.

1 SISTEMATIZAÇÃO DA ETAPA LOCAL

Recomenda-se que os documentos elaborados na Etapa sejam encaminhados à Comissão Coordenadora-Executiva e seguindo algumas orientações básicas:

- o documento feito pelos povos indígenas poderá ser organizado em formato livre (ata, relatório, etc), devendo registrar todas as discussões e encaminhamentos feitos, conforme orientação metodológica.
- alguns documentos são fundamentais para a consolidação dos resultados e a memória de toda a organização e realização da Etapa:
 - relatórios de reuniões;
 - relação das instituições e nome dos seus representantes;
 - processo de mobilização (constar informações sobre a metodologia utilizada);
 - avaliação da etapa realizada pela Comissão Organizadora Regional e a Subcomissão Organizadora Local.

Após realização da etapa local, sugere-se que a equipe (ou as equipes) responsável(is) pela moderação/facilitação da mesma e pelo registro da atividade promova(m) uma ou mais oficinas (reuniões de trabalho) específicas para trabalhar na organização e sistematização dos produtos para remetê-los de modo elaborado às próximas etapas preparatórias das Conferência. Como já sugerido, convém que o acordo sobre os formatos a serem privilegiados para o registro e a disseminação dos resultados da reunião (textos, áudios, vídeos, desenhos, expressões artísticas e outros) seja pactuado durante o processo de mobilização e validado ao início da reunião, com o apoio da moderação/facilitação. Assim, as oficinas trabalharão a partir das diretrizes estabelecidas pelo coletivo mais amplo que participou da reunião preparatória.

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

VICE-PRESIDENTE

Michel Temer

MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

José Eduardo Cardozo

PRESIDENTE DA FUNAI

Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL

Representantes Governamentais titulares e suplentes:

Fundação Nacional do Índio: Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo (coordenador) e Lucia Alberta Andrade de Oliveira

Ministério da Justiça: Marcelo Veiga e Maria Eduarda Ribeiro Cintra

Casa Civil da Presidência: Juliano Pimentel Duarte e Camila Castro

Secretaria-Geral da Presidência da República: Gustavo Augusto Gomes Moura e Magda Sifuentes de Jesus

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República: Frederico Raphael Carelli Durão Brito e Myron Moraes Pires

Ministério da Educação: Rita Gomes do Nascimento e Carlos Rafael da Silva

Ministério da Saúde: Bianca Coelho Moura e Marcos Antonio da Silva Pádua

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Kátia Cristina Favilla e Milton Marques do Nascimento

Ministério do Desenvolvimento Agrário: Edmilton Cerqueira e Luiz Fernando Machado

Ministério do Meio Ambiente: Márcia Catarina David e Rodrigo Augusto

Ministério de Minas e Energia: Maria Ceicilene Aragão Martins e Ricardo da Costa Ribeiro

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Olga Cristina Lopez de Ibanez Novion e Aloysio Antonio Castelo Guapindaia

Ministério da Defesa: Rodrigo Martins Prates e Alexandre Nonato Nogueira

Representantes dos Povos Indígenas e Organizações Indígenas titulares e suplentes:

Francisca Navantino Pinto de Angelo e Crisanto Rudzö Tseremeywá

Luiz Vieira Titiah e Manoel Messias da Silva

Francinara Soares Martins e Lindomar Ferreira

Marcos Avilquis Campos e Ubirajara do Nazareno Sompre

Marcos dos Santos e Romancil Gentil Cretá

Marciano Rodrigues e Antoniso Lulu

Pierlângela Nascimento Cunha e Sandro Emanuel Cruz dos Santos

Rosa da Silva Sousa e Brasílio Priprá

Simone Vidal da Silva e Heliton Tinhawamba Sebirop da Silva Gavião

Sonia Bone de Souza Silva Santos e Paulino Montejo Silvestre

Valcélio Figueiredo e Anastácio Peralta

Representantes de Organizações Não-Governamentais titulares e suplentes:

Centro de Trabalho Indigenista: Daniel Calazans Pierri e Conrado Rodrigo Octavio

Conselho Indigenista Missionário: Saulo Ferreira Feitosa e Cleber César Buzatto

ELABORAÇÃO

Lucia Alberta Andrade de Oliveira

CONTRIBUIÇÃO

Henyo Barreto, Kathia Dudyk e Melissa Oliveira

REVISÃO

Ana Carolina Aleixo Lima, Melissa Oliveira e Sady Fauth

PROJETO GRÁFICO

Maíra Guimarães e Luiz Eduardo Sarmento

COLABORAÇÃO e APOIO:

Andréa Martucelli Magalhães Paz, Arilza Nazareth de Almeida, Carolina Ribeiro Santana, Elaine Jácome dos Santos Labes, Eleonora de Paula e Souza Dias, Eliane da Silva Souza Pequeno, Fabrício Ferreira Amorim, Felipe de Lucena Rodrigues Alves, Frederico Flávio Magalhães, Gabriel Silva Pedrazzani, Helcio Eustáquio Rizzi, Hilda Araújo Azevedo, Jacimara Brandão dos Anjos, Joelma Cardoso de Macedo, José Antonio Feres Medina, José Augusto Lopes Pereira, Juan Felipe Negret Scalia, Kaio Kepler Johhan Ribeiro Silva de Araujo, Karla Bento de Carvalho, Léia do Vale Rodrigues, Lorena Rodrigues Soares, Madeleine Machado Ferreira, Marcelo Veiga, Márcio Gonçalves da Silva, Maria Aurenice Gonzaga da Silva, Maria Eduarda Cintra, Maria Fernanda Jorquera Briceno, Maria Helena de Sousa Fialho, Mário Guilherme Vilella, Oriovaldo Nunes Júnior, Otávio Moura Carvalho, Paula Wolthers de Lorena Pires, Priscila Ayres Feller, Robson Gonçalves Batista, Rogério Eustáquio de Oliveira, Rommel Gomes Resende, Teresinha Maglia e Vicente Barbosa da Silva Neto

CONSULTORIA:

FLACSO Brasil

Equipe: Diane Funchal, Elaine Cavalcante, Joanna Collares, Kathia Dudyk, Maíra Guimarães, Marcus Villarim, Melissa Oliveira, Patrícia Aragão, Sady Fauth, Toya Manchineri e Valéria Camargo

Brasília, Abril 2015

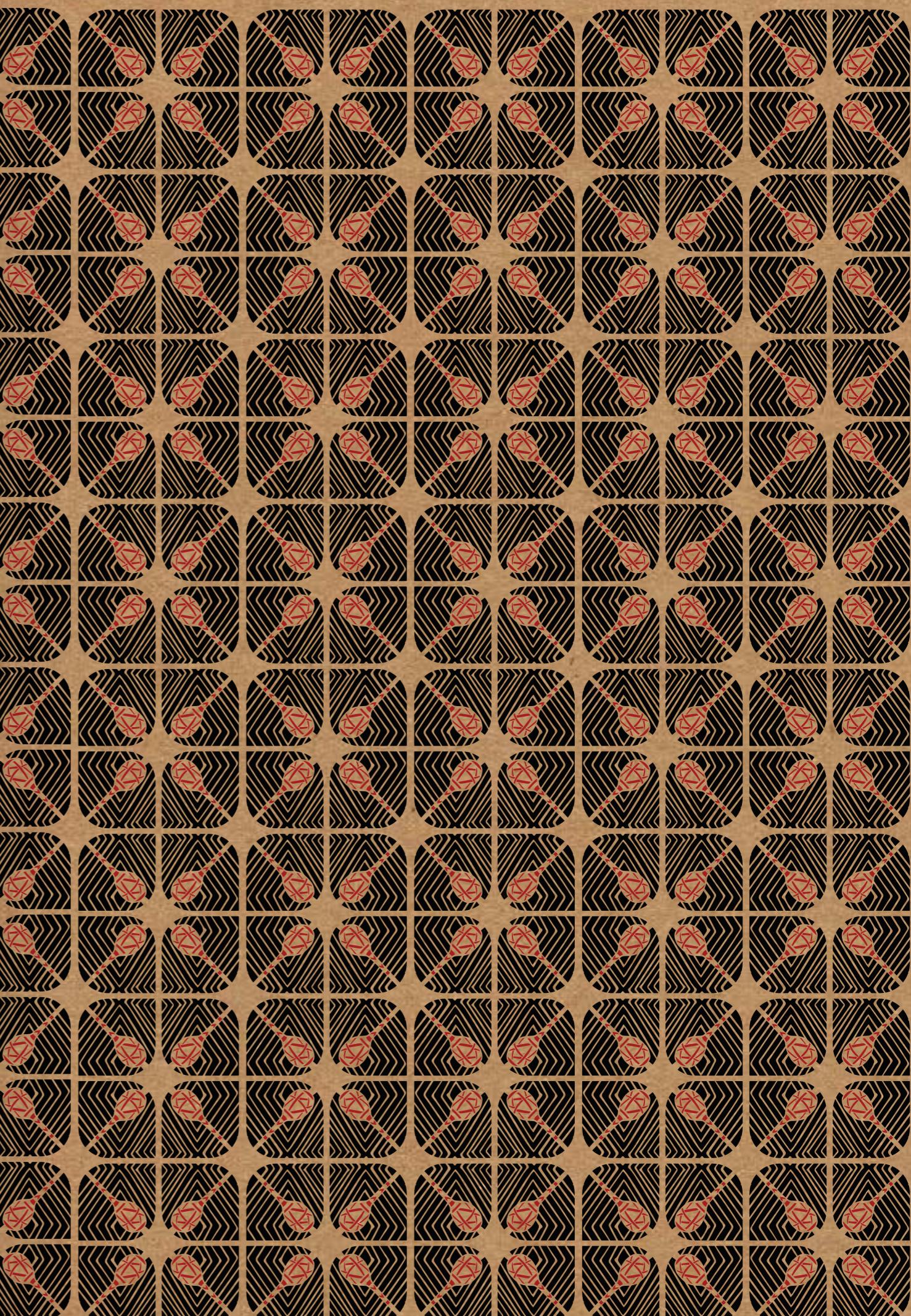
conferencia@funai.gov.br

SBS Quadra 02 Lote 14 Bloco H, Ed. Cleto Meireles

CEP: 70.070-120 - Brasília/DF

Zô é © Mario Vilela / Funai

Nos vemos em breve!



**Mais informações sobre a 1^a Conferência Nacional de Política Indigenista
poderão ser encontradas no portal da Funai**
www.funai.gov.br
Telefones: +55 61 3247-6020/6041
E-mail:conferencia@funai.gov.br

Apoio



Organização



Ministério da
Justiça

Realização

Comissão Nacional de Política Indigenista
- CNPI -

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA